



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

EDITAL Nº 046/2022

Processo nº 00012.001960/2022-71

EDITAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022

(PROCESSO SEI 00012.001960/2022-71)

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SESAPI torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Início do Acolhimento das Propostas: 06/10/2022 às 10h00min.

Fim do Acolhimento das Propostas: 21/10/2022 às 08h00min.

Abertura de Propostas: 21/10/2022 às 09h00min.

Data da sessão: 24/10/2022 às 09h00min.

Local: Sistema do Banco do Brasil – www.licitações-e.com.br

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MÁSCARAS, LUVAS, DESCARTÁVEIS E SERINGAS**, a fim de suprir as necessidades da SESAPI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços;

3. DOS CREDENCIAMENTOS

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica;

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão;

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;
- 3.6. Os Proponentes interessados em participar desta licitação ou ter acesso ao aplicativo *licitações-e* deverão efetuar seus credenciamentos junto ao órgão provedor do sistema - Agências do Banco do Brasil sediadas no País - onde receberão chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), de acordo com as informações constantes no portal www.licitacoes-e.com.br, e deverão estar aptos para encaminhar as propostas comerciais por meio eletrônico até a hora e data indicadas neste Edital;
- 3.7. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão aderir ao sistema *licitações-e* e cadastrar representantes para o recebimento da chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), conforme procedimento contido no manual do fornecedor, disponível no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br;
- 3.8. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 3.9. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha pessoal, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil ou à Contratante a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha pessoal, ainda que por terceiros;
- 3.10. A perda da senha ou quebra do seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, o Banco do Brasil, para imediato bloqueio do acesso;
- 3.11. O credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada em todos os itens integrantes de cada item ou lote, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em uma eventual negociação entre as partes;
- 3.12. Caberá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 3.13. Os interessados em participar do Pregão poderão obter maiores informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil, telefone: 0800 729 0500, ou diretamente no site “www.licitacoes-e.com.br”.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 e que tenham optado pelo cadastramento no Sistema do Banco do Brasil através do portal [licitações-e.com.br](http://licitacoes-e.com.br);
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar chave e senha para acesso ao Sistema;
- 4.1.1.1. **Para os itens 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 89 e 91 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação;

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante anexará no sistema, juntamente aos documentos de habilitação, as seguintes declarações (seguir modelo de declaração unificada, constante do Anexo IV deste Edital):

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação da declaração de segmentação como empresa de grande porte impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação da declaração de segmentação como empresa de grande porte, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação e declarações exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação e declarações exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação e declarações anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.8. Os documentos que compõem a proposta, a habilitação e declarações do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

7.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes;
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**;
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 5,00 (cinco reais)**;
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
- 7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 7.13. Poderá o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 7.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos;
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015;
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. No País;

7.26.2. Por empresas brasileiras;

7.26.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados;

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.28.2. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.28.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

7.29. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019;

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta;

8.5.1. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.7. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;
- 9.3. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- 9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
- 9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018;
- 9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;
- 9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019;
- 9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação;
- 9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica

9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. No caso de exercício de atividade de XXXX: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo XX da (Lei/Decreto) nº XXXX;

9.11.8. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.11.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. Regularidade fiscal e trabalhista

9.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. Qualificação Econômico-Financeira

9.13.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

9.13.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.13.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. Qualificação Técnica

9.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.14.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características:

9.14.1.1.1. Apresentar atestado comprovando o fornecimento de produto considerado, pela Contratante, compatível com o objeto licitado, de forma satisfatório e a contento, devidamente datado(s) e assinado(s);

9.14.2. A apresentação do atestado acima será acrescida da seguinte documentação:

9.14.2.1. Alvará de Funcionamento, Alvará Sanitário expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do fabricante ou importador, ou comprovação de dispensa quando for o caso;

9.14.2.2. Alvará de Funcionamento, Alvará Sanitário Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;

9.14.2.3. Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, quando exigida pela Administração, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

- Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária;
- Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado;
- Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária;

9.14.3. Os números de Registros/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento;

9.14.4. Caso os documentos enviados sejam de consulta da página web da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, estes deverão estar com data de consulta anterior no máximo a 60 (sessenta) dias da data de abertura do pregão;

9.14.5. Caso haja dúvida na documentação apresentada pela licitante, o Pregoeiro poderá, em qualquer fase, em sede de diligência, consultar o endereço eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA ou utilizar qualquer outro meio pertinente para esclarecimentos, em conformidade com a Lei 8666/1993, Art. 43, VI, § 3º;

9.14.6. Os números de Registros/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento;

9.14.7. Garantia de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Contratante, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

9.14.8. A inobservância das disposições de quaisquer dos itens acima, será motivo de inabilitação da empresa vencedora;

9.15. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.15.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.15.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.15.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.15.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.15.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.15.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.15.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.16. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

9.16.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.16.2. Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.16.3. Comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.16.4. Demonstração, por parte do consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, com o acréscimo de 10% (dez por cento), para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

9.16.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

9.16.5. Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.16.6. Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

9.16.7. Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

9.16.8. Proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente;

9.17. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

9.18. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

9.18.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

9.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

9.20. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

9.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

9.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

9.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como a validade para cada produto ofertado;

10.1.2. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

10.1.3. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta;

10.2. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SESAPI, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

10.3. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;

11.2.1. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o **prazo de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento;

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito;

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;

17.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico;

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei;

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência;

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN;

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação;

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos;

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços;

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. Apresentar documentação falsa;

22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. Não manter a proposta;

22.1.7. Cometer fraude fiscal;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. **Multa de 20% (vinte por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital;

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

- 22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;
- 22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
- 22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **cplsaudef@saude.pi.gov.br**, ou por petição dirigida ou protocolada à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, endereço: Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco A, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900;
- 23.3. Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até **3 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital;
- 23.6. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação;
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a);

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <http://www.saude.pi.gov.br/licitacoes>, <https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco A, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 13h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

24.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

24.12.3. ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada;

24.12.4. ANEXO V – Modelo de Carta Proposta para Fornecimento;

(Assinado e Datado Eletronicamente)

Antônio Nérís Machado Júnior

Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022 (PROCESSO SEI 00012.001960/2022-71)

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento, o estabelecimento de elementos mínimos necessários ao Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MÁSCARAS, LUVAS, DESCARTÁVEIS E SERINGAS, a fim de suprir as necessidades da SESAPI em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento;

1.2. A descrição dos itens encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência;

1.3. Do tratamento diferenciado conferido às ME e EPP em contratações e licitações públicas:

1.3.1. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverá ser destinada exclusivamente a MEs e EPPs beneficiadas pela LC nº. 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e subsidiadas pelo Decreto Estadual nº. 16.212 de 05 de outubro de 2015, conciliando duas diretrizes constitucionais da ordem econômica, quais sejam o desenvolvimento regional (art. 170, VII da CF) e tratamento favorecido às empresas de pequeno porte (art. 170, IX da CF.), e as alterações à lei 8.666/93 incluídas por esta lei;

1.3.2. O benefício trazido pela LC 123/2006 e alterado pela LC147/2014 é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal que pretende ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação;

1.3.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

1.3.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

1.3.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. No Brasil, a classificação dos materiais hospitalares é realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que considera como material de saúde todos os aparelhos, materiais ou acessórios que estejam associados à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, ou a fins diagnósticos e analíticos. São considerados insumos ou fatores produtivos, de natureza física, com determinada durabilidade, empregados na realização de procedimentos/atividades assistenciais aos pacientes;
- 2.2. Os produtos hospitalares são todos os materiais que de alguma forma podem ser considerados como apoio do trabalho do médico ou profissional de saúde. Eles ajudam na fase de diagnóstico, avaliação, controle da saúde do paciente, e até na proteção do mesmo contra bactérias e contaminações;
- 2.3. De modo que os produtos hospitalares são tão importantes quanto o trabalho do profissional de saúde já que eles normalmente complementam e facilitam as ações assertivas em terapias e soluções. Mas não para por aí, já que os materiais descartáveis de proteção também têm seu papel na segurança do trabalho dos profissionais dessa área;
- 2.4. Os diferenciais dos produtos hospitalares são importantes para atenderem a todos os segmentos e necessidades que surgem dentro de um ambiente de saúde. Esses assim trabalham para proteger profissionais de saúde contra a contaminação de bactérias e vírus;
- 2.5. A referida contratação tem por finalidade aquisição de material médico-hospitalar para utilização diária nas unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde;
- 2.6. A realização de processo de licitação para o registro de preços para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos materiais pelos estabelecimentos de assistência a saúde. Visando atender necessidades e demandas das unidades hospitalares, proporcionando as estas, bem como, aos seus servidores, condições mínimas necessárias para exercerem suas atividades meio e fim;
- 2.7. Para que desta forma, possam ocorrer a prestação de serviços de saúde e demais atendimentos as diversas comunidades deste estado, com presteza, qualidade e eficiência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Em consequência da necessidade de racionalizar o uso dos recursos financeiros e de adotar critérios de padronização na aquisição de bens e contratação de serviços, em 2021, adotou-se uma serie de medidas com vistas na economicidade, busca de melhoria na qualidade das compras públicas e efetivação de mecanismo de controle das contratações e seu reflexo no gasto público da SESAPI, no tocante ao atendimento aos 234 Municípios do Estado do Piauí;
- 3.2. Nesse contexto, verificou-se a necessidade de buscar modernizar o processo de compras públicas na SESAPI;
- 3.3. O Piauí é composto por 12 Territórios sendo compreendido pelos seus Municípios:

UNIDADE GESTORA POR TERRITÓRIO											

SEQ.	TERRITÓRIO	HOSPITAL	MUNICÍPIO	ATUALIZAÇÃO	Nº CNES	QUANT. POR ESPECIALIDADE	QUANT. TOTAL
1	Entre Rios	Hospital Francisco Ayres Cavalcante	Amarante	14/03/2021	2364883	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	47
						CIRURGIA GERAL = 6	
						CLINICA GERAL = 27	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 1	
						OBSTETRICIA CLINICA = 2	
						PSIQUIATRIA = 2	
PEDIATRIA CLINICA = 7							
2	Entre Rios	Hospital João Luiz de Moraes	Demerval Lobão	14/03/2021	2324334	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	41
						CIRURGIA GERAL = 11	
						CLINICA GERAL = 16	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 3	
						OBSTETRICIA CLINICA = 5	
PEDIATRIA CLINICA = 4							
3	Entre Rios	Hospital Areolino de Abreu	Teresina	17/03/2021	2323346	CLINICA GERAL = 7	209
						SAUDE MENTAL = 30	
						PSIQUIATRIA = 172	
4	Entre Rios	Hospital Getúlio Vargas	Teresina	14/03/2021	2726971	UNIDADE ISOLAMENTO = 4	399
						UTI ADULTO - TIPO II = 20	
						UTI II ADULTO-COVID = 50	
						BUCO MAXILO FACIAL = 4	
						CIRURGIA GERAL = 33	
						GINECOLOGIA = 14	
						NEFROLOGIAUROLOGIA = 12	
						NEUROCIRURGIA = 20	

						OFTALMOLOGIA = 4	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 58	
						OTORRINOLARINGOLOGIA = 4	
						TORACICA = 6	
						TRANSPLANTE = 15	
						CARDIOLOGIA = 19	
						CLINICA GERAL = 61	
						DERMATOLOGIA = 2	
						GERIATRIA = 8	
						HANSENOLOGIA = 2	
						HEMATOLOGIA = 4	
						NEFROUROLOGIA = 17	
						NEUROLOGIA = 11	
						PNEUMOLOGIA = 18	
						CIRURGICO/DIAGNOSTICO/TERAPEUTICO = 11	
						PNEUMOLOGIA SANITARIA = 2	
5	Entre Rios	Hospital Infantil Lucídio Portella	Teresina	17/03/2021	2323249	UTI II PEDIATRICA-COVID = 9	106
						UTI PEDIATRICA - TIPO II = 9	
						CIRURGIA GERAL = 22	
						NEUROCIURURGIA = 6	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 4	
						CLINICA GERAL = 11	
						PEDIATRIA CLINICA = 45	
6	Entre Rios	Hospital Dirceu Arcoverde	Teresina	17/03/2021	2323451	UNIDADE ISOLAMENTO = 20	127
						UTI II ADULTO-COVID = 10	
						BUCO MAXILO FACIAL = 1	
						CIRURGIA GERAL = 16	

		da Polícia Militar				GINECOLOGIA = 17	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 23	
						CLINICA GERAL = 40	
7	Entre Rios	Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella	Teresina	14/03/2021	2323338	UNIDADE ISOLAMENTO = 11	191
						UTI ADULTO - TIPO II = 7	
						UTI II ADULTO-COVID = 30	
						AIDS = 20	
						CLINICA GERAL = 74	
						AIDS = 10	
						PNEUMOLOGIA SANITARIA = 8	
						PEDIATRIA CLINICA = 31	
8	Entre Rios	Maternidade Dona Evangelina Rosa	Teresina	07/01/2021	2323397	UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CANGURU = 17	345
						UNID. CUIDADOS INTERM. NEONATAL CONVENCIONAL = 20	
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS PEDIATRICO = 1	
						UTI ADULTO - TIPO I = 4	
						UTI ADULTO - TIPO II = 10	
						UTI II ADULTO-COVID = 10	
						UTI NEONATAL - TIPO II = 30	
						GINECOLOGIA = 6	
						CLINICA GERAL = 4	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 126	
						OBSTETRICIA CLINICA = 48	
						PSIQUIATRIA = 8	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 1	
						PEDIATRIA CLINICA = 60	

9	Entre Rios	Unidade Integrada do Mocambinho	Teresina	17/03/2021	2679671	CLINICA GERAL = 20	30
						SAUDE MENTAL = 10	
10	Cocais	Hospital Regional Chagas Rodrigues	Piripiri	17/03/2021	2777746	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	154
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CONVENC. = 10	
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS PEDIATRICO = 3	
						UNIDADE ISOLAMENTO = 20	
						UTI ADULTO - TIPO II = 10	
						UTI II ADULTO - COVID = 10	
						CIRURGIA GERAL = 21	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 17	
						CLINICA GERAL = 31	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 10	
OBSTETRICIA CLINICA = 10							
PEDIATRIA CLINICA = 10							
11	Cocais	Hospital Regional Leônidas Melo	Barras	14/03/2021	2323915	UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS ADULTO = 10	81
						UNIDADE ISOLAMENTO = 1	
						CIRURGIA GERAL = 15	
						CLINICA GERAL = 20	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						OBSTETRICIA CLINICA = 12	
						PSIQUIATRIA = 2	
PEDIATRIA CLINICA = 19							
12	Cocais	Hospital	Esperantina	14/03/2021	2323583	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR -	58

		Estadual Dr. Júlio Hartman				COVID = 3	
						CIRURGIA GERAL = 14	
						CLINICA GERAL = 22	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 6	
						OBSTETRICIA CLINICA = 4	
						PEDIATRIA CLINICA = 9	
13	Cocais	Hospital Estadual Gerson Castelo	Luzilândia	14/03/2021	2324288	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2	40
						CIRURGIA GERAL = 14	
						CLINICA GERAL = 12	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 3	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
14	Carnaubais	Hospital Regional de Campo Maior	Campo Maior	14/03/2021	2777754	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2	90
						CIRURGIA GERAL = 25	
						CLINICA GERAL = 32	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						OBSTETRICIA CLINICA = 15	
						PEDIATRIA CLINICA = 14	
15	Carnaubais	Hospital Regional Senador Cândido Ferraz	São Raimundo Nonato	14/03/2021	2777649	UNIDADE ISOLAMENTO = 1	62
						UTI II ADULTO - COVID = 20	
						CIRURGIA GERAL = 10	
						CLINICA GERAL = 20	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 5	
						OBSTETRICIA CLINICA = 10	
16	Carnaubais	Hospital	São Miguel	14/03/2021	2324261	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR -	32

		José Furtado Mendonça	do Tapuio			COVID-19 = 1	
						CIRURGIA GERAL = 2	
						CLINICA GERAL = 12	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 6	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
17	Planície Litorânea	Hospital Estadual Dirceu Arcoverde	Parnaíba	17/03/2021	8015899	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 2	232
						UNID. CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CANGURU = 4	
						UNID. CUIDADOS INTERMED. NEONATAL CONVENCIONAL = 10	
						UTI ADULTO - TIPO II = 10	
						UTI II ADULTO - COVID = 28	
						UTI II PEDIATRICA - COVID = 4	
						UTI NEONATAL - TIPO II = 10	
						BUCO MAXILO FACIAL = 1	
						CIRURGIA GERAL = 28	
						NEFROLOGIAUROLOGIA = 1	
						NEUROCIRURGIA = 1	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 25	
						CLINICA GERAL = 33	
						NEFROUROLOGIA = 1	
						NEUROLOGIA = 1	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 8	
						OBSTETRICIA CLINICA = 38	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 25	
18	Mangabeiras	Hospital Bom Jesus		14/03/2021	2364816	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR -	61

		Regional Manoel de Sousa Santos				COVID-19 = 2	
						UTI II ADULTO - COVID - 19 = 9	
						CIRURGIA GERAL = 10	
						CLINICA GERAL = 17	
						OBSTETRICIA CIRURGICA= 7	
						OBSTETRICIA CLINICA = 5	
						PSIQUIATRIA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 9	
19	Mangabeiras	Hospital João Pacheco Cavalcante	Corrente	08/02/2021	2777770	CIRURGIA GERAL = 9	68
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 6	
						CLINICA GERAL = 21	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 9	
						OBSTETRICIA CLINICA = 8	
						PSIQUIATRIA = 4	
						PEDIATRIA CLINICA = 11	
20	Mangabeiras	Unidade Mista de Santa Filomena	Santa Filomena	14/03/2021	2694239	CIRURGIA GERAL = 2	10
						CLINICA GERAL = 2	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 3	
21	Mangabeiras	Unidade Mista de Saúde de Avelino Lopes	Avelino	14/03/2021	2551918	CIRURGIA GERAL = 3	18
						CLINICA GERAL = 7	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 5	
22	Mangabeiras	Hospital Estadual Júlio Borges Macêdo	Curimatá	14/03/2021	2365480	CIRURGIA GERAL = 4	34
						CLINICA GERAL = 15	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 4	
						OBSTETRICIA CLINICA = 4	

						PSIQUIATRIA = 1	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
23	Sambito	Hospital Regional Eustáquio Portela	Valença	14/03/2021	2777789	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 2	57
						CIRURGIA GERAL = 8	
						CLINICA GERAL = 28	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 10	
						OBSTETRICIA CLINICA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 7	
24	Sambito	Hospital Norberto Moura	Elesbão Veloso	14/03/2021	2364824	CIRURGIA GERAL = 5	34
						CLINICA GERAL = 15	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 6	
						PEDIATRIA CLINICA = 8	
25	Sambito	Unidade Mista Pedro Lopes	Francinópolis	14/03/2021	4008774	CLINICA GERAL = 6	14
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 5	
26	Vale do Guaribas	Unidade Mista de Itainópolis	Itainópolis	23/02/2021	2694220	CIRURGIA GERAL = 3	21
						CLINICA GERAL = 10	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	
27	Vale do Guaribas	Unidade Mista de Bocaína	Bocaína	14/03/2021	2766698	CLINICA GERAL = 3	12
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 3	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 3	
28	Serra da Capivara	Hospital Estadual Teresinha	São João do Piauí	14/03/2021	2365383	CLINICA GERAL = 41	47
						CRONICOS = 1	
						PEDIATRIA CLINICA = 5	

		Nunes de Barros					
29	Vale do Canindé	Hospital Regional Deolindo Couto	Oeiras	14/03/2021	2777762	UTI ADULTO - TIPO II = 10	103
						UTI II ADULTO - COVID - 19 = 10	
						CIRURGIA GERAL = 17	
						CLINICA GERAL = 38	
						SAUDE MENTAL = 4	
						OBSTETRICIA CIRÚRGICA = 7	
						OBSTETRICIA CLINICA = 6	
PEDIATRIA CLÍNICA = 11							
30	Vale do Canindé	Hospital Local José de Moura Fé	Simplício Mendes	02/03/2021	2365103	SUORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 = 3	35
						CIRURGIA GERAL = 5	
						CLINICA GERAL = 12	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 10	
						PSIQUIATRIA = 2	
PEDIATRIA CLINICA = 3							
31	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Hospital Regional Tibério Nunes	Floriano	14/03/2021	2365146	UTI ADULTO - TIPO II = 10	208
						UTI II ADULTO - COVID - 19 = 20	
						UTI NEONATAL - TIPO II = 10	
						BUCO MAXILO FACIAL = 3	
						CIRURGIA GERAL = 13	
						NEUROCIRURGIA = 16	
						ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA = 20	
						CLINICA GERAL = 58	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 35	
						OBSTETRICIA CLINICA = 10	
						CRONICOS = 2	

						PSIQUIATRIA = 10	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 3	
						PEDIATRIA CIRURGICA = 8	
32	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Hospital Estadual Domingos Chaves	Canto do Buriti	14/03/2021	2324172	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 1	24
						CIRURGIA GERAL = 6	
						CLINICA GERAL = 7	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PSIQUIATRIA = 2	
						PEDIATRIA CLINICA = 3	
33	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Unidade mista de saúde de Paes Landim	Paes Landim	08/03/2021	2324555	CLINICA GERAL: 8	8
34	Tabuleiro do Alto Parnaíba	Hospital Regional Dirceu Arcoverde	Uruçuí	14/03/2021	2323680	SUPOORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID = 5	42
						CIRURGIA GERAL = 9	
						CLINICA GERAL = 17	
						OBSTETRICIA CIRURGICA = 2	
						OBSTETRICIA CLINICA = 3	
						PEDIATRIA CLINICA = 6	

FONTE: CNES

PRODUÇÃO HOSPITALAR 2019 E 2020

PRODUÇÃO HOSPITALAR - HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL - 2019	
Tipo de Financiamento: 06 Média e Alta Complexidade (MAC)	
INCREMENTO: QUANTIDADE APROVADA	

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2019		
Hospital PI (CNES)	MUNICIPIO	Total
2364883 HOSPITAL DE AMARANTE	AMARANTE	1.686
2323915 2 HOSPITAL REGIONAL LEONIDAS MELO	BARRAS	1.575
2364816 HOSPITAL REGIONAL DE BOM JESUS	BOM JESUS	3.986
2777754 HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR	CAMPO MAIOR	4.012
2324172 HOSPITAL ESTADUAL CANTO DO BURITI	CANTO DO BURITI	1.562
2777770 HOSPITAL REGIONAL DR. JOÃO PACHECO CAVALCANTE	CORRENTE	1.275
2365480 HOSPITAL LOCAL JULIO B. DE MACEDO	CURIMATÁ	1.661
2324334 HOSPITAL LOCAL DE DEMERVAL LOBAO	DEMERVAL LOBÃO	785
2364824 HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA	ELESBÃO VELOSO	1.134
2323583 HOSPITAL ESTADUAL JULIO HARTMAN	ESPERANTINA	4.043
2365146 HOSPITAL REGIONAL TIBERIO NUNES	FLORIANO	10.849
2324288 HOSPITAL LOCAL DE LUZILANDIA	LUZILANDIA	2.124
2777762 HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO	OEIRAS	3.819
8015899 HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PARNAIBA	9.094
4009622 HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ	PICOS	5.892
2777746 HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES	PIRIPIRI	3.799
2365383 HOSPITAL REGIONAL TERESINHA NUNES DE BARROS	SÃO JOÃO DO PI	485
2324261 HOSPITAL ESTADUAL JOSE F. DE MENDONCA	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	474
2777649 HOSPITAL REGIONAL SENADOR CANDIDO FERRAZ	SÃO RAIMUNDO NONATO	4.334
2365103 HOSPITAL ESTADUAL JOSE DE MOURA FE	SIMPLICIO MENDES	441
2323249 HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA	TERESINA	2.463
2323338 INSTITUTO DE DOENCAS TROPICAIS NATAN PORTELLA	TERESINA	1.542
2323346 HOSPITAL AREOLINO DE ABREU	TERESINA	2.888
2323397 MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA	TERESINA	12.328
2323451 HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE	TERESINA	4.842
2679671 UNIDADE INTEGRADA DO MOCAMBINHO	TERESINA	501

2726971 HOSPITAL GETULIO VARGAS	TERESINA	11.596
2323680 HOSPITAL REGIONAL SENADOR DIRCEU ARCOVERDE	URUÇUI	1.694
2777789 HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA	VALENÇA	2.856
Total		103.740

Fonte: MS/DATASUS/TABWIN/SIHSUS

PRODUÇÃO HOSPITALAR - HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL - 2020		
Tipo de Financiamento: 06 Média e Alta Complexidade (MAC)		
INCREMENTO: QUANTIDADE APROVADA		
PERIODO: JANEIRO A SETEMBRO/2020		
Hospital PI (CNES)	MUNICIPIO	Total
2364883 HOSPITAL DE AMARANTE	AMARANTE	735
2323915 HOSPITAL REGIONAL LEONIDAS MELO	BARRAS	865
2364816 HOSPITAL REGIONAL DE BOM JESUS	BOM JESUS	2.362
2777754 HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR	CAMPO MAIOR	2.288
2324172 HOSPITAL ESTADUAL CANTO DO BURITI	CANTO DO BURITI	789
2777770 HOSPITAL REGIONAL DR. JOÃO PACHECO CAVALCANTE	CORRENTE	1.028
2365480 HOSPITAL LOCAL JULIO B. DE MACEDO	CURIMATÁ	762
2324334 HOSPITAL LOCAL DE DEMERVAL LOBAO	DEMERVAL LOBÃO	539
2364824 HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA	ELESBÃO VELOSO	476
2323583 HOSPITAL ESTADUAL JULIO HARTMAN	ESPERANTINA	2.549
2365146 HOSPITAL REGIONAL TIBERIO NUNES	FLORIANO	6.052
2324288 HOSPITAL LOCAL DE LUZILANDIA	LUZILANDIA	1.125
2777762 HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO	OEIRAS	2.665
8015899 HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PARNAIBA	4.860
4009622 HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ	PICOS	2.521

2777746 HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES	PIRIPIRI	2.047
2365383 HOSPITAL REGIONAL TERESINHA NUNES DE BARROS	SÃO JOÃO DO PI	276
2324261 HOSPITAL ESTADUAL JOSE F. DE MENDONCA	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	264
2777649 HOSPITAL REGIONAL SENADOR CANDIDO FERRAZ	SÃO RAIMUNDO NONATO	3.306
2365103 HOSPITAL ESTADUAL JOSE DE MOURA FE	SIMPLICIO MENDES	165
2323249 HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA	TERESINA	1.019
2323338 INSTITUTO DE DOENCAS TROPICAIS NATAN PORTELLA	TERESINA	877
2323346 HOSPITAL AREOLINO DE ABREU	TERESINA	1.830
2323397 MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA	TERESINA	8.879
2323451 HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE	TERESINA	1.452
2679671 UNIDADE INTEGRADA DO MOCAMBINHO	TERESINA	287
2726971 HOSPITAL GETULIO VARGAS	TERESINA	4.487
2323680 HOSPITAL REGIONAL SEN DIRCEU ARCOVERDE	URUÇUI	1.049
2777789 HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA	VALENÇA	1.733
Total		57.287

Fonte: MS/DATASUS/TABWIN/SIHSUS

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/2002, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado;

4.2. O Objeto pode ser licitado por meio da modalidade Pregão, via sistema compras governamentais, na forma eletrônica por meio do Sistema de Registro de Preços, com amparo legal disposto na Lei nº. 10.520 de 17/07/02, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações; nos Decretos Federais nº. 3.555 de 08/08/00, nº 5.450 de 31/05/05 e nº 10.024 de 20/09/2019, que regulamentam o pregão, na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns; além do Decreto Estadual nº 11.319/2004, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP,

previsto no Decreto nº 7892/2013 e, no âmbito da Administração Pública Estadual, na Lei 7842, de 18/01/2021, no art. 15, do Estatuto das Licitações, e dá outras providências; além da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC;

4.3. A SESAPI deverá fazer a consulta ao Órgão Gerenciador da ata citada neste Termo de Referência para manifestação sobre a possibilidade de adesão, inclusive com consulta ao fornecedor sobre a anuência em efetivar o fornecimento, sem causar prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata.

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias úteis, contados da assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho, de forma parcelada, no seguinte endereço Av. Pernambuco, nº 2464, Primavera, Teresina – PI. CEP: 64003-500. Em dias uteis e horário comercial de 08:00 às 14:00h mediante comunicação prévia;

5.1.1. Serão beneficiadas as seguintes unidades:

SEQ.	TERRITÓRIO	HOSPITAL	MUNICÍPIO
1	ENTRE RIOS	HOSPITAL FRANCISCO AYRES CAVALCANTE	AMARANTE
2	ENTRE RIOS	HOSPITAL JOÃO LUIZ DE MORAES	DEMerval LOBÃO
3	ENTRE RIOS	HOSPITAL AREOLINO DE ABREU	TERESINA
4	ENTRE RIOS	HOSPITAL GETÚLIO VARGAS	TERESINA
5	ENTE RIOS	HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELLA	TERESINA
6	ENTRE RIOS	HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA POLÍCIA MILITAR	TERESINA
7	ENTRE RIOS	INSTITUTO DE DOENÇAS TROPICAIS NATAN PORTELLA	TERESINA
8	ENTRE RIOS	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA	TERESINA
9	ENTRE RIOS	UNIDADE INTEGRADA DO MOCAMBINHO	TERESINA
10	COCAIS	HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES	PIRIPIRI
11	COCAIS	HOSPITAL REGIONAL LEÔNIDAS MELO	BARRAS
12	COCAIS	HOSPITAL ESTADUAL DR. JÚLIO HARTMAN	ESPERANTINA
13	COCAIS	HOSPITAL ESTADUAL GERSON CASTELO	LUZILÂNDIA
14	CARNAUBAIS	HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR	CAMPO MAIOR
15	CARNAUBAIS	HOSPITAL REGIONAL SENADOR CÂNDIDO	SÃO RAIMUNDO

		FERRAZ	NONATO
16	CARNAUBAIS	HOSPITAL JOSÉ FURTADO MENDONÇA	SÃO MIGUEL DO TAPUIO
17	PLANÍCIE LITORÂNEA	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PARNAÍBA
18	MANGABEIRAS	HOSPITAL REGIONAL MANOEL DE SOUSA SANTOS	BOM JESUS
19	MANGABEIRAS	HOSPITAL JOÃO PACHECO CAVALCANTE	CORRENTE
20	MANGABEIRAS	UNIDADE MISTA DE SANTA FILOMENA	SANTA FILOMENA
21	MANGABEIRAS	UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE AVELINO LOPES	AVELINO
22	MANGUABEIRAS	HOSPITAL ESTADUAL JÚLIO BORGES MACÊDO	CURIMATÁ
23	SAMBITO	HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA	VALENÇA
24	SAMBITO	HOSPITAL NORBETO MOURA	ELESBÃO VELOSO
25	SAMBITO	UNIDADE MISTA PEDRO LOPES	FRANCINÓPOLIS
26	VALE DO GUARIBAS	UNIDADE MISTA DE ITAINÓPOLIS	ITAINÓPOLIS
27	VALE DO GUARIBAS	UNIDADE MISTA DE BOCAÍNA	BOCAÍNA
28	SERRA DA CAPIVARA	HOSPITAL ESTADUAL TERESINHA NUNES DE BARROS	SÃO JOÃO DO PIAUÍ
29	VALE DO CANINDÉ	HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO	OEIRAS
30	VALE DO CANINDÉ	HOSPITAL LOCAL JOSÉ DE MOURA FÉ	SIMPLÍCIO MENDES
31	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRA	HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES	FLORIANO
32	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRA	HOSPITAL ESTADUAL DOMINGOS CHAVES	CANTO DO BURITI
33	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRA	UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE PAES LANDIM	PAES LANDIM
34	TABULEIRO DO ALTO PARNAÍBA	HOSPITAL REGIONAL DIRCEU ARCOVERDE	URUÇUÍ

5.1.2. As Notas de Empenho (NE) serão encaminhadas à CONTRATADA por e-mail, fax ou retiradas no endereço da contratante, por representante credenciado pela CONTRATADA;

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de (02) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.2.1. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tais como: lote, validade, número de registro e responsável técnico;

5.3. A contratada deverá executar a segunda entrega no prazo máximo de 120 dias úteis, a terceira no prazo máximo de 240 dias a contar a partir da data da assinatura do contrato ou documento equivalente;

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de (05) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.4.1. O produto, mesmo que tenha sido entregue e aceito, fica sujeito à substituição desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto;

5.4.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, lote, procedência e prazo de validade;

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.7. Entregar os bens com prazo de validade no mínimo 75% de sua validade plena igual ou superior a 12 (doze) meses, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA/MS;

7.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e qualquer outra que incidam ou venham a incidir na execução do CONTRATO.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à

documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

11.11. O pagamento será efetuado pela Administração, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, acompanhado dos seguintes documentos, remetidos pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de Fiscalização:

1. Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, devidamente preenchido e assinado;
2. Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;
3. Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento; e
4. Cópia da Nota de Empenho;
5. Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
6. Prova de regularidade do FGTS;

7.Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;

8.Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e

9.Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

11.12. As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras e, f, g e h, que se dará por consulta ONLINE, nos termos da [Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG](#);

11.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho;

11.14. O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual o FUNSAÚDE creditará os pagamentos a que faz jus a empresa contratada;

11.15. Na existência de erros, omissões ou irregularidades, a documentação será devolvida à empresa contratado-fornecedora, para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos corrigidos;

11.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF/ CADUF;

11.16.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

11.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

11.17.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

11.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.19. A correção monetária será calculada com a utilização do índice IPCA-E da Fundação Getúlio Vargas;

11.20. No caso de atraso na divulgação do IPCA-E, será pago à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

11.21. Caso o IPCA-E estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

11.22. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

12. DO REAJUSTE

12.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1.1 Os preços registrados serão fixos e irremovíveis de um ano da vigência da Ata de Registro de Preço;

12.1.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.1.3. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido;

12.1.4. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração;

12.1.5. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo;

12.1.6. A fixação do novo preço pactuado, quando se aplicar, deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes;

12.2. DO CONTRATO

12.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, na forma do parágrafo 1º do artigo 28 da Lei 9.069, de 29/06/95, contado o prazo da data da apresentação proposta, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 10.192/2001;

12.2.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

12.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

12.2.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

12.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

12.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

12.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme determina os arts. 28 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo observar ainda as exigências seguintes para qualificação técnica, comprovada conforme segue:

13.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

13.1.2. A apresentação do atestado acima será acrescida da seguinte documentação:

a) Alvará de Funcionamento, Alvará Sanitário expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do fabricante ou importador, ou comprovação de dispensa quando for o caso;

b) Alvará de Funcionamento, Alvará Sanitário Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;

c) Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, quando exigida pela administração devendo constar a validade(dia/mês/ano), por meio de:

c1.) Cópia autenticada do Registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U, grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

c2.) Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no §6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desqualificação do item cotado;

c3.) Cópia da Declaração de notificação ou do certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária;

13.1.3. Os números de Registro/Certificado de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento;

13.2. Garantia de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Contratante, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

13.3. A inobservância das disposições de quaisquer dos itens acima, será motivo de inabilitação da Licitante.

14. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

14.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO POR ITEM, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;

14.2. Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei nº 8.666/93;

14.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;

14.4. As propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas;

14.5. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência;

14.6. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como a validade para cada produto ofertado;

14.7. A proposta deverá conter:

14.7.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

14.7.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

14.8. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SESAPI, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

14.9. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, admitida uma única prorrogação, podendo esta ter um prazo inferior ao inicial, observando o disposto no Decreto Estadual nº. 11.319/2004.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O Prazo de vigência de contrato(s) resultante(s) da Ata de Registro de Preços iniciará na data da sua assinatura, terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período caso haja interesse da Administração, com base no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. A inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 17.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 17.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência;
- 17.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.5, 17.2.6 e 17.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- 17.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 17.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

17.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

17.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

17.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

17.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances;

18.2. A estimativa de preço deve levar em consideração a entrega em cada unidade gestora.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 7º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, a dotação orçamentária será indicada somente antes da formalização do contrato.

Anexo 1 do Termo de Referência:
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Avental cirúrgico descartável, manga longa com elastico tamanho: eg – largura aproximada 1,50 cm x comprimento: 1,60 cm, tecido polipropileno: 40g a 50 g. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 4,11	R\$ 780.900,00
2	Avental cirúrgico descartável, manga longa com elastico tamanho: eg – largura aproximada 1,50 cm x comprimento: 1,60 cm, tecido polipropileno: 40g a 50 g. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 4,11	R\$ 41.100,00
3	Avental cirúrgico descartável, manga longa com elastico tamanho: g – largura aproximada 1,42 cm x comprimento: 1,20 cm , tecido polipropileno: 40g a 50 g. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 7,32	R\$ 1.390.800,00
4	Avental cirúrgico descartável, manga longa com elastico tamanho: g – largura aproximada 1,42 cm x comprimento: 1,20 cm , tecido polipropileno: 40g a 50 g. Data de validade, lote,	Und	10.000	R\$ 7,32	R\$ 73.200,00

	registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
5	Avental descartável em falso tecido (100% polipropileno), não estéril, gramatura 30, comp. Mínimo 1.20cm, com manga longa, punho elástico ou malha sanfonada, decote com viés, com alta resistência e repelência a líquidos e fluidos corporais, com barreira bacteriana, manga longa, punho de malha e fechamento nas costas e com dobra cirúrgica um par de tiras na cintura, e um par de tiras no pescoço, embalado em material que garanta a integridade do produto, com laudo comprovando gramatura, o produto devera obedecer a legislação atual vigente. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 4,68	R\$ 889.200,00
6	Avental descartável em falso tecido (100% polipropileno), não estéril, gramatura 30, comp. Mínimo 1.20cm, com manga longa, punho elástico ou malha sanfonada, decote com viés, com alta resistência e repelência a líquidos e fluidos corporais, com barreira bacteriana, manga longa, punho de malha e fechamento nas costas e com dobra cirúrgica um par de tiras na cintura, e um par de tiras no pescoço, embalado em material que garanta a integridade do produto, com laudo comprovando gramatura, o produto devera obedecer a legislação atual vigente. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 4,68	R\$ 46.800,00

7	<p>Avental cirúrgico sms impermeável com punhos em malha estéril Avental descartável, em falso tecido, respirável, hipoalergênico e impermeável, gramatura mínima 60 gr/m2, acabamento em solda ultrassônica, med. Aprox.1.70m x 1.50m, dobrado com técnica asséptica, ter barreira microbiana e viral, com manga, punho em malha, com fechamento em "opa", decote com viés, com amarrilhos ou conector em ganchos e voltas (velcro) com toalha em não tecido absorvente, embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica, estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	190.000	R\$ 4,84	R\$ 919.600,00
8	<p>Avental cirúrgico sms impermeável com punhos em malha estéril Avental descartável, em falso tecido, respirável, hipoalergênico e impermeável, gramatura mínima 60 gr/m2, acabamento em solda ultrassônica, med. Aprox.1.70m x 1.50m, dobrado com técnica asséptica, ter barreira microbiana e viral, com manga, punho em malha, com fechamento em "opa", decote com viés, com amarrilhos ou conector em ganchos e voltas (velcro) com toalha em não tecido absorvente, embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica, estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>	Und	10.000	R\$ 4,84	R\$ 48.400,00
9	<p>Máscara com coxim inflável em pvc c/ fixador cefálico nº 00</p> <p>Máscara de cúpula transparente em coxim inflável que pode ser insuflado com seringa com gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Componentes: máscara com</p>	Und	4.750	R\$ 20,99	R\$ 99.702,50

	coxim inflável, gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal				
10	Máscara com coxim inflável em pvc c/ fixador cefálico nº 00 Máscara de cúpula transparente em coxim inflável que pode ser insuflado com seringa com gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Componentes: máscara com coxim inflável, gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 20,99	R\$ 5.247,50
11	Máscara com coxim inflável em pvc c/ fixador cefálico nº 04 Máscara de cúpula transparente em coxim inflável que pode ser insuflado com seringa com gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Componentes: máscara com coxim inflável, gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 22,89	R\$ 108.727,50
12	Máscara com coxim inflável em pvc c/ fixador cefálico nº 04 Máscara de cúpula transparente em coxim inflável que pode ser insuflado com seringa com gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Componentes: máscara com coxim inflável, gancho para fixação e fixador cefálico de tecido ou de silicone. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.	Und	250	R\$ 22,89	R\$ 5.722,50

	Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
13	Máscara de silicone para reanimador manual nº 0 – coxim em silicone translúcido, flexível sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade. Data de validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 17,30	R\$ 82.175,00
14	Máscara de silicone para reanimador manual nº 0 – coxim em silicone translúcido, flexível sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade. Data de validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 17,30	R\$ 4.325,00
15	Máscara de silicone para reanimador manual nº 00 – coxim em silicone translúcido, flexível sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade. Data de validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 20,57	R\$ 97.707,50
16	Máscara de silicone para reanimador manual nº 00 – coxim em silicone translúcido, flexível sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade. Data de	Und	250	R\$ 20,57	R\$ 5.142,50

	validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
17	Máscara de silicone para reanimador manual nº 01 – coxim em silicone translúcido, flexível sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade. Data de validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 27,15	R\$ 128.962,50
18	Máscara de silicone para reanimador manual nº 01 – coxim em silicone translúcido, flexível sem válvula e totalmente autoclavável, contendo externamente dados de identificação do produto, marca, tipo e data de esterilização, validade. Data de validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 27,15	R\$ 6.787,50
19	Máscara de traqueostomia com conector 360° adulto Composição: policloreto de vinila (pvc), polipropileno (pp) e borracha sintética. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 6,72	R\$ 33.600,00
20	Máscara de traqueostomia neonatal. Confeccionada em vinil macio e transparente, material atóxico e flexível, com faixa ajustável, com cúpula em acrílico transparente para	Und	5.000	R\$ 6,72	R\$ 33.600,00

	visualização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
21	Máscara de ventilação artificial em silicone/ppc/nasal/neo tam g. Componentes do kit: máscara nasal de silicone (neomask), traquéias, interface babyflow, gorro em tecido, fixador cefálico com velcro (circunferência cefalica 31-37cm). Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 254,00	R\$ 1.206.500,00
22	Máscara de ventilação artificial em silicone/ppc/nasal/neo tam g. Componentes do kit: máscara nasal de silicone (neomask), traquéias, interface babyflow, gorro em tecido, fixador cefálico com velcro (circunferência cefalica 31-37cm). Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 254,00	R\$ 63.500,00
23	Máscara de ventilação artificial em silicone/ppc/nasal/neo tam m. Componentes do kit: máscara nasal de silicone (neomask), traquéias, interface babyflow, gorro em tecido, fixador cefálico com velcro (circunferência cefalica 27-31cm). Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 450,00	R\$ 2.137.500,00
24	Máscara de ventilação artificial em silicone/ppc/nasal/neo tam m. Componentes do kit: máscara nasal de silicone (neomask), traquéias, interface babyflow, gorro em tecido, fixador cefálico	Und	250	R\$ 450,00	R\$ 112.500,00

	com velcro (circunferência cefalica 27-31cm). Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
25	Máscara de ventilação artificial em silicone/ppc/nasal/neo tam p. Componentes do kit: máscara nasal de silicone (neomask), traquéias, interface babyflow, gorro em tecido, fixador cefálico com velcro (circunferência cefalica 23-27cm). Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 710,00	R\$ 3.372.500,00
26	Máscara de ventilação artificial em silicone/ppc/nasal/neo tam p. Componentes do kit: máscara nasal de silicone (neomask), traquéias, interface babyflow, gorro em tecido, fixador cefálico com velcro (circunferência cefalica 23-27cm). Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 710,00	R\$ 177.500,00
27	Máscara de ventilação não invasiva nasal adulto tam p. material da almofada: silicone Apoio de testa: sim Clipes de atalho: sim Almofada substituível: sim Peso: +/- 55 gramas Fixador da cabeça: tamanho único 100% ajustável através das tiras de velcro e presilhas que fazem a conexão das tiras inferiores do fixador com a armação da máscara. Data de	Und	4.750	R\$ 710,00	R\$ 3.372.500,00

	validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal				
28	Máscara de ventilação não invasiva nasal adulto tam p. material da almofada: silicone Apoio de testa: sim Clipes de atalho: sim Almofada substituível: sim Peso: +/- 55 gramas Fixador da cabeça: tamanho único 100% ajustável através das tiras de velcro e presilhas que fazem a conexão das tiras inferiores do fixador com a armação da máscara. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 710,00	R\$ 177.500,00
29	Máscara de ventilação não invasiva nasal adulto tam m. Material da almofada: silicone Apoio de testa: sim Clipes de atalho: sim Almofada substituível: sim Peso: +/- 55 gramas Fixador da cabeça: tamanho único 100% ajustável através das tiras de velcro e presilhas que fazem a conexão das tiras inferiores do fixador com a armação da máscara. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 450,00	R\$ 2.137.500,00
30	Máscara de ventilação não invasiva nasal adulto tam m. Material da almofada: silicone Apoio de testa: sim Clipes de atalho: sim Almofada substituível: sim Peso: +/- 55 gramas Fixador da cabeça: tamanho único 100% ajustável através das tiras de velcro e presilhas que fazem a conexão das tiras inferiores do fixador com a armação da máscara. Data de	Und	250	R\$ 450,00	R\$ 112.500,00

	validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
31	Máscara de venturi neonatal. Sistema de alto fluxo composto por: máscara facial, tamanho neonatal, material de silicone transparente, atóxica, com adaptação anatômica, permitindo a visualização da face do paciente ; traquéia corrugada, extensão para oxigênio; 06 válvulas de cores diferentes (azul, amarelo, branco, verde, vermelho e laranja) e adaptador para incremento de nebulização/umidificação. Apresentar amostra, contendo externamente dados de identificação do produtor, marca, tipo e data de esterilização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.Cota Principal	Und	5.000	R\$ 11,80	R\$ 59.000,00
32	Máscara laríngea reutilizável nº 02. utilizada para paciente de 10 a 20 kg, até 10 ml de capacidade, dispositivo orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem integra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no ms. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (iso) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "I", sem acotovelamento, transparente que permita a visualização de secreção ou regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que	Und	4.750	R\$ 27,00	R\$ 128.250,00

	<p>minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retém o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Principal</p>				
33	<p>Máscara laríngea reutilizável nº 02. utilizada para paciente de 10 a 20 kg, até 10 ml de capacidade, dispositivo orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem integra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no ms. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (iso) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "I", sem acotovelamento, transparente que permita a visualização de secreção ou regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que</p>	Und	250	R\$ 27,00	R\$ 6.750,00

	<p>minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retém o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
34	<p>Máscara laríngea reutilizável nº 2,5. Utilizada para paciente de 20 a 30 kg, com até 14 ml de capacidade, dispositivo orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem íntegra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no ms. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (iso) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "I", sem acotovelamento, transparente que permita a visualização de secreção ou</p>	Und	4.750	R\$ 246,23	R\$ 1.169.592,50

	<p>regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retém o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Principal</p>				
35	<p>Máscara laríngea reutilizável nº 2,5. Utilizada para paciente de 20 a 30 kg, com até 14 ml de capacidade, dispositivo orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem integra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no ms. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (iso) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "I", sem acotovelamento, transparente que permita a visualização de secreção ou</p>	Und	250	R\$ 246,23	R\$ 61.557,50

	<p>regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retém o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
36	<p>Máscara laríngea reutilizável nº 04. utilizada para paciente de 50 a 70 kg, com até 30 ml de capacidade, dispositivo orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem integra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no ms. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (iso) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "I", sem acotovelamento,</p>	Und	4.750	R\$ 45,00	R\$ 213.750,00

	<p>transparente que permita a visualização de secreção ou regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retenha o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Principal</p>				
37	<p>Máscara laríngea reutilizável n° 04. utilizada para paciente de 50 a 70 kg, com até 30 ml de capacidade, dispositivo orofaríngeo tubular para manuseio supra glótico das vias aéreas. Fabricado em silicone, totalmente isento de látex, podendo ser autoclavável, devidamente embalado em embalagem integra, contendo externamente os dados de fabricação, procedência, lote e validade, registro no ms. Constituída por: conector proximal com diâmetro externo macho padrão de 15 mm (iso) tubo condutor da via aérea, largo, flexível, formato anatômico em "I", sem acotovelamento,</p>	Und	250	R\$ 45,00	R\$ 11.250,00

	<p>transparente que permita a visualização de secreção ou regurgitamento; dobrável até 180°, manguito pneumático com bordas lisas e arredondadas, que minimizam a ocorrência de trauma e facilite a inserção, adaptável a conformação da hipofaringe, promovendo um selamento com as estruturas supra glóticas da laringe. Seu lúmen deve estar voltado para a abertura glótica e em continuidade ao tubo condutor da via aérea; válvula de retenção unidirecional que retenha o ar insuflado no manguito da máscara, até que seja novamente esvaziado; balão piloto, indicador aproximado da pressão correspondente ao interior do manguito. Tubo de enchimento - passagem do ar para dentro e fora do manguito pneumático; linha de referência - linha longitudinal contínua de cor preta na face convexa do tubo condutor, que indique o correto posicionamento da sonda laríngea em relação ao paciente, esta linha deve estar sempre voltada no sentido do nariz do paciente. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
38	<p>MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO - Máscara de não reinalação com reservatório, acompanhada de extensão com 2,0 mts para suprimento de oxigênio, presilha reajustável para maior conforto e fixação, válvula de segurança de baixa resistência que previne a reinalação do ar expirado permitindo o escape do gás exalado. Reservatório transparente de vinio macio, nebulizador máscara feita de plástico macio transparente. Máscara com elástico. Não estéril. Modelo adulto, capacidade aproximada do reservatório 750ml. Data de</p>	Und	5.000	R\$ 15,29	R\$ 76.450,00

	validade, lote, registro ANVISA. O produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.Cota Principal				
39	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA TAMANHO INFANTIL – Tubo conector giratório 360º, comportar tubo ondulado de no mínimo 22mm ou extensão de cânula nasal. Máscara em PVC. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 10,00	R\$ 50.000,00
40	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA TAMANHA ADULTA – Tubo conector giratório 360º, comportar tubo ondulado de no mínimo 22mm ou extensão de cânula nasal. Máscara em PVC. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	5.000	R\$ 7,20	R\$ 36.000,00
41	MÁSCARA FACIAL PARA CPAP TAMANHO ADULTO – Reutilizável específica para VNI com contorno em silicone, com espaçador para fixação da cabeça ajustável e adaptável a testa, almofada em silicone auto modável para posicionamento, permita reposição de peças, fixador em velcro, confeccionado em material lavável com quatro pontos sendo dois na testa e dois na parte inferior da máscara, camada dupla e espaçador em gel. Cotovelo removível, com válvula anti-asfixia. Saída para aporte de oxigênio para tamanhos variados da conexão.Resistente ao processo de limpeza e esterilização.	Und	4.750	R\$ 250,00	R\$ 1.187.500,00

	Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Principal				
42	MÁSCARA FACIAL PARA CPAP TAMANHO ADULTO – Reutilizável específica para VNI com contorno em silicone, com espaçador para fixação da cabeça ajustável e adaptável a testa, almofada em silicone auto modável para posicionamento, permita reposição de peças, fixador em velcro, confeccionado em material lavável com quatro pontos sendo dois na testa e dois na parte inferior da máscara, camada dupla e espaçador em gel. Cotovelo removível, com válvula anti-asfixia. Saída para aporte de oxigênio para tamanhos variados da conexão. Resistente ao processo de limpeza e esterilização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 250,00	R\$ 62.500,00
43	MÁSCARA FACIAL PARA CPAP TAMANHO MÉDIO – Reutilizável específica para VNI com contorno em silicone, com espaçador para fixação da cabeça ajustável e adaptável a testa, almofada em silicone auto modável para posicionamento, permita reposição de peças, fixador em velcro, confeccionado em material lavável com quatro pontos sendo dois na testa e dois na parte inferior da máscara, camada dupla e espaçador em gel. Cotovelo removível, com válvula anti-asfixia. Saída para aporte de oxigênio para tamanhos variados da conexão. Resistente ao processo de limpeza e esterilização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo.	Und	4.750	R\$ 260,00	R\$ 1.235.000,00

	Cota Principal				
44	<p>MÁSCARA FACIAL PARA CPAP TAMANHO MÉDIO – Reutilizável específica para VNI com contorno em silicone, com espaçador para fixação da cabeça ajustável e adaptável a testa, almofada em silicone auto modável para posicionamento, permita reposição de peças, fixador em velcro, confeccionado em material lavável com quatro pontos sendo dois na testa e dois na parte inferior da máscara, camada dupla e espaçador em gel. Cotovelo removível, com válvula anti-asfixia. Saída para aporte de oxigênio para tamanhos variados da conexão. Resistente ao processo de limpeza e esterilização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>	Und	250	R\$ 260,00	R\$ 65.000,00
45	<p>MÁSCARA FACIAL PARA CPAP TOTAL – Reutilizável específica para VNI com contorno em silicone, com espaçador para fixação da cabeça ajustável e adaptável a testa, almofada em silicone auto modável para posicionamento, permita reposição de peças, fixador em velcro, confeccionado em material lavável com quatro pontos sendo dois na testa e dois na parte inferior da máscara, camada dupla e espaçador em gel. Cotovelo removível, com válvula anti-asfixia. Saída para aporte de oxigênio para tamanhos variados da conexão. Resistente ao processo de limpeza e esterilização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	4.750	R\$ 540,00	R\$ 2.565.000,00
46	<p>MÁSCARA FACIAL PARA CPAP TOTAL – Reutilizável</p>	Und	250	R\$ 540,00	R\$ 135.000,00

	<p>específica para VNI com contorno em silicone, com espaçador para fixação da cabeça ajustável e adaptável a testa, almofada em silicone auto modável para posicionamento, permita reposição de peças, fixador em velcro, confeccionado em material lavável com quatro pontos sendo dois na testa e dois na parte inferior da máscara, camada dupla e espaçador em gel. Cotovelo removível, com válvula anti-asfixia. Saída para aporte de oxigênio para tamanhos variados da conexão. Resistente ao processo de limpeza e esterilização. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descritivo.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
47	<p>MÁSCARA HOSPITALAR LÁTEX FREE PFF2 - CA 8357 Destinada à proteção das vias respiratórias dos trabalhadores da área de saúde contra exposição de agentes biológicos causadores de tuberculose, rubéola, SRAG/SRAS, varicela, sarampo, gripes H1N1 e H5N1, Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito.</p> <p>Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>	Und	5.000	R\$ 0,71	R\$ 3.550,00
48	<p>MÁSCARA DESCARTÁVEL PREGUEADA sem clips Confeccionada em não tecido com 3 camada: externa- 100% em polipropileno e gramatura 20g/m2, interna- 100% de gramat. 30 g/m2, intermediária com filtro 100% polipropileno, 98% de retenção bacteriológica com elástico que se ajustam</p>	Und	5.000	R\$ 0,12	R\$ 600,00

	nas aurículas. . Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
49	Máscara cpap nasal para bebê acima de 1.300g tamanho 3 com prongas maleáveis de silicone com circuitos de conexão para água e sistema de O2/ac para bebês acima de 1300 gramas; ref 15 fr tamanho 3. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Principal	Und	4.750	R\$ 254,00	R\$ 1.206.500,00
50	Máscara cpap nasal para bebê acima de 1.300g tamanho 3 com prongas maleáveis de silicone com circuitos de conexão para água e sistema de O2/ac para bebês acima de 1300 gramas; ref 15 fr tamanho 3. Data de validade, lote, registro ANVISA. O Produto deverá ser de qualidade igual ou superior ao descrito. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	250	R\$ 254,00	R\$ 63.500,00
51	Luva cirúrgica, estéril, 7,5par, formato anatômico, anti-alérgica, comprimento total mínimo de 28 cm, punho ajustável, c/ bainha, látex íntegro e uniforme (sem partes escurecidas), lubrificação isenta de pó – powder free; alta sensibilidade atóxico, identificação do tamanho no punho em tinta fixa hipoalérgica, Características adicionais: embalagem conforme norma abnt c/ abertura asséptica. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 2,90	R\$ 551.000,00
52	Luva cirúrgica, estéril, 7,5par, formato anatômico, anti-alérgica,	Und	10.000	R\$ 2,90	R\$ 29.000,00

	comprimento total mínimo de 28 cm, punho ajustável, c/ bainha, látex íntegro e uniforme (sem partes escurecidas), lubrificação isenta de pó – powder free; alta sensibilidade atóxico, identificação do tamanho no punho em tinta fixa hipoalérgica, Características adicionais: embalagem conforme norma abnt c/ abertura asséptica. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
53	Luva cirúrgica, estéril, 8,5 par, formato anatômico, anti-alérgica, comprimento total mínimo de 28 cm, punho ajustável, c/ bainha, látex íntegro e uniforme (sem partes escurecidas), lubrificação isenta de pó – powder free; alta sensibilidade atóxico, identificação do tamanho no punho em tinta fixa hipoalérgica, . Características adicionais: embalagem conforme norma egi c/ abertura asséptica. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 1,49	R\$ 283.100,00
54	Luva cirúrgica, estéril, 8,5 par, formato anatômico, anti-alérgica, comprimento total mínimo de 28 cm, punho ajustável, c/ bainha, látex íntegro e uniforme (sem partes escurecidas), lubrificação isenta de pó – powder free; alta sensibilidade atóxico, identificação do tamanho no punho em tinta fixa hipoalérgica, . Características adicionais: embalagem conforme norma egi c/ abertura asséptica. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 1,49	R\$ 14.900,00
55	Luva para procedimento P sem pó, ambidestra, não esteril,	cx/100	2.000	R\$ 24,84	R\$ 49.680,00

	hipoalergica, lubrificada em latex tatil, formato anatomico, textura uniforme, sem falhas e preferencialmente com punho longo, possuindo boa sensibilidade e facilidade para calcar, (proporcionando total controle de instrumentos e objetos. Número do lote e do registro no ministerio da saude. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
56	Luva para procedimento M sem pó, ambidestra, nao esteril, hipoalergica, lubrificada em latex tatil, formato anatomico, textura uniforme, sem falhas e preferencialmente com punho longo, possuindo boa sensibilidade e facilidade para calcar, (proporcionando total controle de instrumentos e objetos). Data de fabricação e de validade, n. Do lote e do registro no Ministério da Saúde. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 24,51	R\$ 49.020,00
57	Luva para procedimento não cirúrgico, material: látex natural íntegro e uniforme, tamanho: grande, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade: estéril, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 22,50	R\$ 45.000,00
58	Luva para procedimento não cirúrgico, material: látex natural íntegro e uniforme, tamanho: médio, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade: estéril,	cx/100	2.000	R\$ 21,88	R\$ 43.760,00

	apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
59	Luva para procedimento não cirúrgico, material: látex natural íntegro e uniforme, tamanho: pequeno, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, esterilidade: estéril, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 21,62	R\$ 43.240,00
60	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 6,0 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm de comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bioabsorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas . Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 1,49	R\$ 283.100,00
61	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 6,0 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm de comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bioabsorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas . Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.	Und	10.000	R\$ 1,49	R\$ 14.900,00

	Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
62	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 6,5 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas . Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 1,35	R\$ 256.500,00
63	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 6,5 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas . Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 1,35	R\$ 13.500,00
64	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 7,0 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 1,39	R\$ 264.100,00
65	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 7,0 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos	Und	10.000	R\$ 1,39	R\$ 13.900,00

	ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
66	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 7,5 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 1,53	R\$ 290.700,00
67	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 7,5 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 1,53	R\$ 15.300,00
68	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 8,0 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente	Und	190.000	R\$ 1,28	R\$ 243.200,00

	sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas . Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal				
69	Luva cirúrgica estéril em látex natural nº 8,0 Integro e uniforme, formato anatômico, mínimo de 28cm comprimento, punhos ajustáveis com banha ou friso, lubrificadas com material bio-absorvível em quantidade adequada. Com excelente sensibilidade tátil, resistentes a tração, atóxicas. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 1,28	R\$ 12.800,00
70	Luva para procedimento de vinil tam P Integro e uniforme, confeccionada em pvc, formato anatômico, ambidestra, sem pó, resistente a tração, atóxica, hipolergênica, não estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 20,44	R\$ 40.880,00
71	Luva para procedimento de vinil tam M Integro e uniforme, confeccionada em pvc, formato anatômico, ambidestra, sem pó, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 17,01	R\$ 34.020,00
72	Luva para procedimento em látex natural tam P Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada resistente a	cx/100	2.000	R\$ 22,30	R\$ 44.600,00

	tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
73	Luva para procedimento em látex natural tam M Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 22,90	R\$ 45.800,00
74	Luva para procedimento em látex natural tam G Integro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, resistente a tração, atóxica, hipoalergênica, não estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	cx/100	2.000	R\$ 28,61	R\$ 57.220,00
75	Luva plástica descartável estéril (antialérgica) Luva plástica para procedimento não cirúrgico, tamanho único, em polietileno de alta densidade, ambidestra, transparente, estéril, descartável. Embalagem individual asséptica. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	200.000	R\$ 0,05	R\$ 10.000,00
76	Touca descartável com elástico, sanfonada, confeccionada em tecido não tecido, com gramatura de aproximadamente 40g/m², formato arredondado e com elástico em toda sua extensão. Tamanho: único. Embalagem individual contendo	Pact c/100	2.000	R\$ 13,69	R\$ 27.380,00

	externamente dados de identificação do produto, marca, tipo, Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
77	Sapatilha descartável (propés) elástica, confeccionado em não tecido reforçado de alta resistência, anti derrapante, formato anatômico, baixo desprendimento de partículas com elástico na borda superior. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	200.000	R\$ 0,09	R\$ 18.000,00
78	Seringa descartável estéril 1ml com agulha 13 x 0,38 Para insulina, confeccionada em polipropileno translucido transparente, atóxico, com graduação externa milimetrada nítida e permanente, bico simples, luer, embalada individualmente e registro no ms, conforme nr 32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 1,50	R\$ 285.000,00
79	Seringa descartável estéril 1ml com agulha 13 x 0,38 Para insulina, confeccionada em polipropileno translucido transparente, atóxico, com graduação externa milimetrada nítida e permanente, bico simples, luer, embalada individualmente e registro no ms, conforme nr 32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 1,50	R\$ 15.000,00
80	Seringa descartável estéril 1ml com agulha 13 x 0,45 Seringa em polipropileno transparente, 1ml, sistema retração	Und	200.000	R\$ 0,31	R\$ 62.000,00

	automática da agulha no êmbolo, isenta de látex, atóxica, apirogênica, com agulha 13x0,45, bisel trifacetado, descartável, estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.				
81	Seringa descartável estéril 1ml sem agulha Seringa em polipropileno transparente, 1ml, sistema retração automática da agulha no êmbolo, isenta de látex, atóxica, apirogênica, sem agulha, bisel trifacetado, descartável, estéril. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	200.000	R\$ 0,18	R\$ 36.000,00
82	Seringa descartável estéril 3ml sem agulha Sem agulha, graduada a cada 0,1ml, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação precisa. O êmbolo é dividido em haste quebrável e rolha de borracha (látex free), bico tipo luer-lock, com dispositivo de segurança. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico, estéreis, contendo dados de identificação e procedência, tipo de esterilização à oxido de etileno, número do lote, data de fabricação, validade do produto e registro no ms. Obs: a empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Deverá atender a nr32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	200.000	R\$ 0,16	R\$ 32.000,00
83	Seringa descartável estéril 5ml sem agulha Sem agulha, graduada a cada 1ml, confeccionada em polipropileno e	Und	200.000	R\$ 0,29	R\$ 58.000,00

	<p>constituída por cilindro, êmbolo e graduação precisa. O êmbolo é dividido em haste quebrável e rolha de borracha, bico tipo luer-lock , com dispositivo de segurança. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico, estéreis, contendo dados de identificação e procedência, tipo de esterilização à oxido de etileno, número do lote, data de fabricação, validade do produto e registro no ms. Obs: a empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Deverá atender a nr32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Item Exclusivo para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
84	<p>Seringa descartável estéril 10ml sem agulha Sem agulha, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação precisa. O êmbolo é dividido em haste quebrável e rolha de borracha, bico tipo luer-lock , com dispositivo de segurança. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico, estéreis, contendo dados de identificação e procedência, tipo de esterilização à oxido de etileno, número do lote, data de fabricação, validade do produto e registro no ms. Obs.: a empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Deverá atender a nr32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	190.000	R\$ 0,45	R\$ 85.500,00
85	<p>Seringa descartável estéril 10ml sem agulha Sem agulha, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação precisa. O êmbolo é dividido em haste quebrável e rolha de borracha, bico tipo luer-lock , com</p>	Und	10.000	R\$ 0,45	R\$ 4.500,00

	<p>dispositivo de segurança. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico, estéreis, contendo dados de identificação e procedência, tipo de esterilização à oxido de etileno, número do lote, data de fabricação, validade do produto e registro no ms. Obs.: a empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Deverá atender a nr32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
86	<p>Seringa descartável estéril 20ml sem agulha Sem agulha, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação precisa. O êmbolo é dividido em haste quebrável e rolha de borracha, bico tipo luer-lock, com dispositivo de segurança. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico, estéreis, contendo dados de identificação e procedência, tipo de esterilização à oxido de etileno, número do lote, data de fabricação, validade do produto e registro no ms. Obs.: a empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Deverá atender a nr32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	190.000	R\$ 0,50	R\$ 95.000,00
87	<p>Seringa descartável estéril 20ml sem agulha Sem agulha, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação precisa. O êmbolo é dividido em haste quebrável e rolha de borracha, bico tipo luer-lock, com dispositivo de segurança. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico, estéreis, contendo dados de identificação e</p>	Und	10.000	R\$ 0,50	R\$ 5.000,00

	<p>procedência, tipo de esterilização à oxido de etileno, número do lote, data de fabricação, validade do produto e registro no ms. Obs.: a empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto. Deverá atender a nr32. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>				
88	<p>Seringa perfusora descartável estéril "luer lock" 50ml Seringa padrão nbr iso 7886-2 para uso em perfusor space e perfusor compact, com corpo cilindro de polipropileno (pp) com 50ml de volume, graduada de 1 em 1ml, embolo livre de látex, terminação padrão luer-lock , esterelizada por óxido de etileno. A seringa deve ser original do fabricante e compatível com a bomba de infusão de fluidos da b. Braun (aquisição própria da instituição). Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Cota Principal</p>	Und	190.000	R\$ 6,00	R\$ 1.140.000,00
89	<p>Seringa perfusora descartável estéril "luer lock" 50ml Seringa padrão nbr iso 7886-2 para uso em perfusor space e perfusor compact, com corpo cilindro de polipropileno (pp) com 50ml de volume, graduada de 1 em 1ml, embolo livre de látex, terminação padrão luer-lock , esterelizada por óxido de etileno. A seringa deve ser original do fabricante e compatível com a bomba de infusão de fluidos da b. Braun (aquisição própria da instituição). Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade.</p> <p>Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.</p>	Und	10.000	R\$ 6,00	R\$ 60.000,00

90	Seringa hipodérmica descartável, estéril, bico lateral "luer slip" (liso), 60ml, sem agulha, especialmente desenvolvida para uso em hospitais, clínicas, laboratórios e farmácia, com graduação em 1 ml. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Principal	Und	190.000	R\$ 2,34	R\$ 444.600,00
91	Seringa hipodérmica descartável, estéril, bico lateral "luer slip" (liso), 60ml, sem agulha, especialmente desenvolvida para uso em hospitais, clínicas, laboratórios e farmácia, com graduação em 1 ml. Data de validade, lote, registro ANVISA, de igual ou superior qualidade. Cota Reservada para ME, MEI e EPP, Decreto Estadual nº 16.212/2015.	Und	10.000	R\$ 2,34	R\$ 23.400,00
Total Geral					R\$ 31.149.050,00

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022
(PROCESSO SEI 00012.001960/2022-71)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, inscrita no CNPJ sob o no 06.553.564/0001-38, com sede à Av. Pedro Freitas, s/nº, bloco A, bairro São Pedro, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64.018-900, neste ato representado por seu Secretário, Sr. ANTÔNIO NÉRIS MACHADO JÚNIOR portador da Cédula de Identidade nº XXX.XXX SSP-PI, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2022, publicada no de/...../2022, Processo SEI n.º 00012.001960/2022-71, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MÁSCARAS, LUVAS, DESCARTÁVEIS E SERINGAS**, a fim de suprir as necessidades da SESAPI, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão nº 046/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)
---------	--

TR	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>
X							

2.2. Não houve formação de cadastro de reserva na licitação que deu origem à presente Ata de Registro de Preços.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será a Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI, conforme delegação específica emitida para tal fim pela Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí – SEADPREV, por meio da Portaria GAB. SEADPREV N° 025/2022-SEADPREV, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 168, de 8º de Fevereiro de 2022.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013;

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo dobro).... do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P);

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de publicação deste instrumento, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata;

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es);

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- 6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s);
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. Por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. A pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital;
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19;
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013);
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13;

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022**
(PROCESSO SEI 00012.001960/2022-71)**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA**
.....

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38, com sede à Av. Pedro Freitas, s/nº, bloco A, bairro São Pedro, Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64.018-900, neste ato representado por seu Secretário, Sr. ANTÔNIO NERIS MACHADO JÚNIOR portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.XXX SSP-PI, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Nº 046/2022, por Sistema de Registro de Preços nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MÁSCARAS, LUVAS, DESCARTÁVEIS E SERINGAS**, a fim de suprir as necessidades da SESAPI, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Natureza:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLAUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro de Teresina - PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 2022

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022**
(PROCESSO SEI 00012.001960/2022-71)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (xxx), sediada (Endereço Completo)

Declara, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

SIM () NÃO ()

Declara, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

SIM () NÃO ()

Declara, que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

SIM () NÃO ()

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

SIM () NÃO ()

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

SIM () NÃO ()

Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

SIM () NÃO ()

Declara, que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

SIM () NÃO ()

Declara, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

SIM () NÃO ()

Declara, que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

SIM () NÃO ()

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO V – MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022**
(PROCESSO 00012.001960/2022-71)

À Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI,

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022 – Comissão Permanente de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PROPOSTA DE PREÇO

Item	Descrição do Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01					

Valor total da proposta: R\$ (por extenso)

* Descrever o item conforme especificações detalhadas no Termo de Referência

2.2. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias úteis, contados do (a) assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho, de forma parcelada, no seguinte endereço Av. Pernambuco, nº 2464, Primavera, Teresina – PI. CEP: 64003-500. Em dias uteis e horário comercial de 08:00 às 14:00h mediante comunicação prévia;

2.4. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.), cotados separados e incidentes sobre a prestação de serviços.

LOCAL E DATA
ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO NÉRIS MACHADO JÚNIOR - Matr.360384-9, Secretário de Estado da Saúde**, em 28/09/2022, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5563147** e o código CRC **6AE52FD2**.